

Meninos de Rua, Meninas na Rua: as novas formas de ver e enfrentar a questão

Marcos Cândido*

...ontem à noite vi em minha casa uma fita de vídeo, em que o poeta Haroldo de Campos e o físico e educador, professor da PUC-SP, Luis Carlos de Menezes, conversavam sobre o ACASO. Comecei a pensar na RUA como espaço privilegiado do ACASO(caos). Talvez, por isso, ela me encante e se apresente para os meninos e nós, educadores, como o espaço capaz de iluminar os caminhos que a criatividade precisa percorrer para perceber o novo cosmos que se impõe a cada novo momento de desordem...

Refazendo um pouco da história

Nos anos 70, havia-se cunhado a expressão *menor* para dar existência às crianças e adolescentes. Para nomear as crianças e adolescentes que, entre todos, eram os mais excluídos. As mesmas que o dialeto da classe dominante, em seu momento de folga da norma culta, chamava de pivetes, trombadinhas, marginais, assaltantes, etc. Assim, para uns, a expressão *menor*, inicialmente de caráter legal, passava a ser uma espécie de síntese de todas estas outras definições, constituindo dessa forma uma nova categoria social. Para outros, já no final da década, a situação de opressão destes pequenos, "os mais pequenos entre os pequenos", o *menor*, começava a se tornar uma bandeira de luta: - criava-se, no seio da Igreja Católica, a Pastoral do Menor.

Em 1983, tempo de abertura política, iniciava-se uma articulação encabeçada pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Ministério da Ação Social, na tentativa de vasculhar, de norte a sul e de leste a oeste do Brasil, quais os programas que apresentavam novas abordagens para o enfrentamento da, então, questão do *menor*. Foi o chamado Programa de Alternativas de Atendimento



Foto Xando Pereira

a Meninos e Meninas de Rua, que não só possibilitou que pessoas de todas as partes do país - envolvidas em trabalhos educativos com aqueles que agora começariam a ser nomeados **de meninos e meninas de rua** - pudessem juntas avaliar suas práticas, mas que daí extraíssem princípios comuns. Este processo foi definitivo para garantir o surgimento de uma luta nacional que, nos anos seguintes, seria decisiva para a mudança no panorama legal relativo à criança e ao adolescente. Como resultado deste processo, constitui-se, em 1985, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. A partir deste momento, a expressão **meninos e meninas de rua** - passou a ser uma espécie de emblema político que tentava devolver ao *menor* um pouco da dignidade perdida.

Em 1986 instalava-se no Brasil o processo da Constituinte. O Brasil teria uma nova Constituição que pudesse garantir a abertura política e a consequente quebra do regime ditatorial militar. Na área da criança e do adolescente, conseguia-se a inclusão/aprovação do **Art. 227. É dever da família, da sociedade, do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.** Esta seria a semente plantada para a elaboração e futura aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei re-

gulamentar que entraria em vigor no dia 12 de outubro de 1990. O ECA traz em seu bojo uma série de princípios que irão orientar as novas formas de entender e trabalhar com a meninada. A partir desse momento a criança e o adolescente passam a ser vistos como sujeito de direitos, ser em desenvolvimento e prioridade absoluta. Embora o avanço legal não seja suficiente para a mudança da realidade, a nova doutrina irá inspirar/legitimar, do ponto de vista da garantia de direitos, novas formas pedagógicas de atuar com estes meninos e meninas. Assim, se pensarmos a realidade e atuarmos sobre ela a partir do ECA, deveremos parar de falar em meninos e meninas de rua. Visto que **"ninguém é filho do asfalto"**, não existem meninos e meninas de rua, existem, na verdade, crianças e adolescentes que têm seus direitos fundamentais negados pela sociedade perversa em que vivemos. Existem crianças e adolescentes sem direito à saúde, à educação, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, ao esporte, à cultura. **Crianças e adolescentes sem o direito de ter direitos.**

Uma das principais mudanças na nova doutrina legal é a garantia da liberdade de ir e vir. Hoje uma criança ou adolescente não pode mais ser presa pelo simples fato de estar na rua andando, brincando, etc. Esta mudança é considerada uma das mais importantes, porque, no passado, a doutrina da situação irregular, que permitia a detenção dos meninos em situações semelhantes, acabava, na maioria das vezes, marcando a inserção destes num mundo ainda mais marginal. O mundo das instituições totais, no caso, as famosas FEBEMs. Que, com o alibi de proteger estas crianças, terminavam por reproduzir de forma absolutamente fiel a lógica do sistema. Na verdade, estas crianças eram retiradas compulsoriamente das ruas afim de pagarem pelo crime de serem pobres.

Visto que **"ninguém é filho do asfalto"**, não existem meninos e meninas de rua, existem, na verdade, crianças e adolescentes que têm seus direitos fundamentais negados pela sociedade perversa em que vivemos.

Construindo novas formas de enfrentar a questão

Embasadas na necessidade de garantir o direito à liberdade de ir e vir e no direito à educação, é que organizações como o Projeto Axé começam a construir uma nova prática pedagógica, tendo como carro-chefe do processo o trabalho de Educação na Rua, pois, como muitas vezes se pensa, garantir educação para estes meninos e meninas não é somente oferecer-lhes uma sala de aula. No diálogo pedagógico com estes, percebe-se um imenso desejo de aprender, por exemplo, a ler e escrever, o que não significa que haja um desejo de ir para a sala de aula desta escola que os expulsou, ajudando inclusive na construção de um medo, sentimento de impotência em relação a sua capacidade de aprender. Neste sentido, cabe dizer que o atual sistema escolar também é responsável pela ida destes meninos e meninas para a rua, pois quando uma criança ou adolescente encontra na escola um espaço de acolhimento para tratar, inclusive, dos sofrimentos que está vivendo em casa (conteúdo pedagógico), encontra aí um espaço de sublimação destes conflitos através do processo de aprendizagem que o projeta no sonho de ter um futuro melhor.

Num primeiro momento, pensar em uma proposta desta natureza suscita, em todos nós, questionamentos que têm sido alvo de preocupação, desde que os primeiros educadores de rua da Pastoral do Menor iniciaram esta prática, no final dos anos 70 e que, ainda hoje, são referidos pela maioria das pessoas que se aproximam dos educadores de rua do Axé, no momento em que estes estão atuando. São questões como:

"É possível educar na rua? Colocar educadores na rua não reforça a permanência dos meninos e meninas na rua? O que faz um educador na rua? Pode este processo oferecer resultados qualitativos e quantitativos que justifiquem a sua existência?"

Tomar como ponto de partida estas perguntas poderia nos ajudar de forma mais sistemática a entender este trabalho que, por razões óbvias, com o pouco tempo de existência desta prática, somado à falta de um trabalho de pesquisa e sistematização da mesma, não pode se apresentar como algo mais definitivo.

Para trabalhar estas questões, talvez pudéssemos começar por registrar aqui algumas das expectativas colocadas em relação à atuação dos educadores de rua, situando-as a partir dos diversos agrupamentos

sociais que, de alguma forma, interagem com eles e com os meninos e meninas no espaço da rua. É importante dizer também que estas expectativas variam de acordo com o status social das pessoas dentro destes agrupamentos, das áreas da cidade que eles frequentam, das crenças religiosas, etc.

Tomemos como exemplo para análise o bairro da Barra, que, dentro da cidade do Salvador, tem uma configuração, do ponto de vista de sua estruturação, muito interessante. Ao mesmo tempo em que é um bairro classificado *nobre*, por ter sua população composta, na sua maioria, por pessoas abastadas, é frequentado não só pela classe média e baixa como convive ainda com pequenos focos de resistência destas classes, em sua formação. Um outro elemento característico é que, ao lado do seu caráter residencial, desenvolve-se aí uma intensa atividade comercial, hoteleira, bancária, etc. Assim, podemos concluir que os educadores que atuam nesta área têm, no seu cotidiano, uma riqueza muito grande de interlocutores, o que gera para eles uma série de demandas tão diversificadas quantas são as expectativas dos diversos agrupamentos e instituições que existem aí. Define-se então, para o educador uma primeira tarefa a cumprir. Desfazer os preconceitos que cada um destes agrupamentos tem, em relação a seu trabalho. O que não é nada fácil! Neste sentido, o educador não cumpre um papel somente em relação ao menino e à menina, mas em relação ao conjunto dos adultos presentes em seu dia-a-dia.

Uma das primeiras expectativas em relação ao trabalho do educador é de que ele esteja ali para sanear as ruas da cidade. De alguma forma, para muitas pessoas, os meninos e meninas são uma espécie de lixo social que polui a beleza da cidade. Assim, para estas, o educador deveria atuar como uma espécie de gari, que varre, lava o local, junta o lixo em sacos e o transporta para o "lixão da cidade". Isto revela que, na perspectiva da sociedade, a retirada compulsória da meninada da rua continua sendo uma demanda, apesar da mudança, do ponto de vista legal, no tratamento da questão. E, quando isto não acontece, o educador é interpretado como cúmplice na proteção de marginais. O grande problema é que a maioria das pessoas não sabe que este tipo de processo de retirada compulsória foi a prática dominante durante toda a história do atendimento à criança e ao adolescente desde que se criaram as instituições com esse fim e que esta é uma prática falida. Este tipo de processo tem podido gerar, de forma competente, "oligofrênicos sociais", pois, ao fechar estas crianças

em instituições totais, atrás de grandes muros e grades, longe do mundo real, só estamos ajudando-as a adoecerem. É muito frequente encontrar na rua, cidadãos comuns que ainda acreditam neste tipo de solução.

Outra coisa que se espera dos educadores, expectativa de outro tipo de agrupamento, é que eles atuem como uma espécie de solução para a questão da segurança pública, seja em relação à atuação dos meninos ou de outros grupos marginais. Na área da Barra, por exemplo, todos sabemos que há um intenso movimento de exploração infantil, através do comércio de drogas e da exploração sexual. Muitas vezes os educadores são abordados por pessoas, igualmente responsáveis porquanto cidadãos, que trazem denúncias que deveriam ser feitas à polícia, principal responsável por encaminhá-las. Assim, seja do ponto de vista dos atos infracionais dos próprios meninos e meninas, seja em relação às infrações cometidas por adultos, o papel central de garantia da segurança pública pertence a outras instituições. Neste último caso há, inclusive, uma demanda de segurança por parte da meninada e dos educadores. Isto não significa dizer que à medida que o trabalho de educação que vem sendo feito comece a dar frutos - do ponto de vista dos meninos e meninas - operem-se mudanças que impliquem, necessariamente, uma diminuição sucessiva e até o desaparecimento das práticas referidas. Talvez por isso se formule esta demanda: em muitas áreas trabalhadas, onde há uma frequência alta de pequenos furtos feitos pelos meninos, com o passar do tempo e a realização do trabalho, estes chegam a diminuir, esta é a constatação de outras pessoas. Contudo, é preciso também dizer que enquanto a tomeira da miséria continuar mandando as crianças para a rua, continuaremos a ter sempre crianças e adolescentes chegantes, que demandarão um tempo necessário para que o trabalho do educador surta efeito, sendo que o seu resultado depende também da colaboração de todos que estiverem realmente interessados em resolver esta questão.

Para um outro agrupamento, sobretudo o daqueles vinculados à religiosidade, o trabalho dos educadores é concebido como uma espécie de investimento filantrópico. Para estas pessoas, o trabalho com os meninos é uma questão de piedade. Este agrupamento tem contribuído de forma decisiva para a permanência das crianças e de suas famílias nas ruas, através de práticas como dar esmola, roupas, comi-

das, etc... É a cultura do dar. Muito interessante é perceber que esta forma é o outro lado da moeda do sistema de exclusão. Estas pessoas, com a maior boa vontade, com suas ações de caridade, provavelmente (diz o ditado popular: "o inferno está cheio de gente de boa vontade") reforçam as estratégias de sobrevivência que esta parcela da população foi treinada a desenvolver. Seria necessário, neste caso, realizar um trabalho de educação com a população, que mostrasse outras formas de contribuir com um processo real de construção da cidadania destas crianças e adolescentes, como doações do seu imposto de renda a grupos já organizados que atuam profissionalmente no enfrentamento desta dinâmica de exclusão.

O que é a educação de rua

Agora se deveria começar a conceituar o que verdadeiramente vem a ser o trabalho do educador de rua, visto que até este momento o empenho foi no sentido de explicitar algumas das expectativas em relação a esta tão *sui generis* proposta.

Como já foi mencionado rapidamente no início do texto, a educação de rua não é fim em si mesma. Ela é a ponta de um sistema de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua, que tem como base o pressuposto de que é possível educar na rua, ou seja, de que é possível transformar a rua em espaço de construção de aprendizagens que serão úteis a estes no momento de sua saída da rua. É importante, desde o primeiro momento, que estes sejam nomeados de uma outra forma. Para o educador de rua, estes deixam de ser meninos e meninas de rua e passam a ser educandos, no sentido genérico, buscando-se, assim, conferir-lhes uma outra identidade, que se aprofunda à medida em que podemos chamá-los por seu nome verdadeiro. Trata-se de tirá-los do anonimato do ninguém e da coisa, para estabelecer

O educador de rua busca, através de um processo que propõe articular, do sujeito, três aspectos fundamentais e distintos - do direito, da cognição e do desejo - a construção da cidadania.

uma nova relação, a relação com o nome. Nome que (re)vela uma história, que (re)vela o sujeito.

O educador de rua busca, através de um processo que propõe articular, do sujeito, três aspectos fundamentais e distintos - do direito, da cognição e do desejo - a construção da cidadania. Por isso, ao ir pra rua encontrar com a meninada, ele sabe que vai encontrar-se com crianças e adolescentes possuidores de direitos, capacidade de aprender e de desejar. No que diz respeito ao aspecto do desejo é preciso compreendê-lo ao menos em duas dimensões fundamentais: a primeira diz respeito à capacidade de sonhar, projetar-se, acreditar no futuro; a segunda diz respeito ao desejo como o conceitua a psicanálise.

Uma breve descrição do método

Do ponto de vista do método, o trabalho de educação de rua do Axé se cumpre em três momentos que resolvemos apelidar de paquera, namoro e aconchego pedagógico. Na verdade, estes momentos refletem um processo universal na construção das relações.

Aquilo que chamamos de **paquera pedagógica**, reflete-se no trabalho do educador por uma tentativa de fazer a primeira aproximação com o menino e com a menina. Neste momento é imprescindível a busca por realizar, na direção do grupo observado, um olhar antropológico, pois interessa fazer aqui um recorte etnográfico que permita a apreensão, por parte do educador, de uma série de informações a respeito das dinâmicas construídas pela meninada para dar conta de sua sobrevivência. O conjunto destas informações, que implicam construir uma fotografia da realidade humana do "grupo" observado, somado a uma leitura da forma de organização socioeconômica da área e estruturação das relações neste espaço geográfico, são um dado fundamental para orientar a formulação de instrumentos e mecanismos para interagir nesta realidade. Ao "fim" deste momento, obtém-se como resultado o estabelecimento de uma relação que permite o aprofundamento do trabalho.

No **namoro pedagógico**, enfrenta-se o grande desafio de começar a propôr situações de aprendizagem individuais e grupais que permitam ao menino e à menina pensar sobre o seu estar na rua e o que lhe falta para sair desta situação. Trata-se de fazer acontecer o aprendizado concreto da cidadania. Por exemplo, o simples fato de levar o menino ou a menina para fazer um documento como a certidão

de nascimento ou a carteira de identidade, possibilita ao educador trabalhar aspectos que vão desde o aprendizado do próprio nome do educando (prá que saber ler e escrever? Ser analfabeto excluído ou letrar-se para poder inserir-se na sociedade) até outros, subjetivos, como os sentimentos deste em relação a sua família (ter ou não o nome do pai, dos avós, etc., na certidão).

De posse de um esboço de projeto de vida, os meninos e meninas entram no "último" momento do processo. O que significa começar a sair da rua através de alternativas como o acolhimento em espaços delimitados, trabalho de revinculação com a família, etc. É o chamado **aconchego pedagógico**. Este é um momento difícil e delicado do processo, pois implica, para o educando, múltiplas experiências de perda. A perda é um dos aprendizados mais complicados para o sujeito elaborar. Então, é importante que se trabalhe com o menino e a menina o que ele perde para ganhar, ou seja, ele perde o educador de rua para ganhar o educador da unidade, ele perde a rua para ganhar o retorno para a família ou um teto para dormir, ele perde a forma "fácil" de ganhar dinheiro para aprender uma profissão. Embora, neste caso, a perda esteja em função de um ganho, isto não modifica muito a leitura que estas crianças fazem do seu próprio processo, uma vez que elas são profundamente marcadas por experiências de perda sem ganho.

Para dar conta de uma proposta com este grau de complexidade é preciso pensar de forma rigorosa no perfil do educador. A primeira coisa a dizer refere-se à impossibilidade de manter um trabalho desta natureza com base no voluntariado. Aqui, precisa-se de profissionais qualificados ou, mais ainda, disponíveis para ingressar em uma aventura pedagógica que exigirá estudo, pesquisa, sistematização e desejo de contribuir diretamente, na relação do dia-a-dia com os meninos e meninas, para a construção de uma sociedade mais digna.

Desafios atuais desta proposta

Para concluir, gostaria de colocar em pauta alguns

desafios relativos à escolha e ao desenvolvimento de uma proposta de Educação de rua. O primeiro deles diz respeito à natureza do espaço onde este trabalho se realiza, a RUA. A rua é o espaço que, numa sociedade como a nossa, melhor permite a visualização das desigualdades sociais, o luxo e a miséria, e toda sorte de sintomas da situação do país. Nestes últimos seis anos, através da presença constante, na rua, dos educadores do Axé, tem-se podido constatar através de sinais como aumento de famílias morando na rua; aumento da presença de crianças com faixas etárias cada vez mais baixas; aumento do número de trabalhadores informais (camelôs) ocupando áreas que antes eram espaço de convivência dos meninos, etc., o aumento da crise do país. Tudo isto provoca uma forte mudança nos esquemas de sobrevivência da meninada. Então, como fazer para acompanhar de forma sistemática essas mudanças que necessariamente precisam ser consideradas na construção metodológica do trabalho? Sabemos, por exemplo, que os meninos e meninas seguem a pulsação da cidade. Como seguí-los em sua luta diária pela sobrevivência, se a cidade também muda sua pulsação a cada dia? Diante disto é preciso atualizar permanentemente um diagnóstico desta situação. Um diagnóstico que ofereça subsídios para a avaliação da prática ao mesmo tempo que a oriente.

Um outro grande desafio é buscar parcerias para a troca e aprofundamento destas questões, de forma que se possa, pela via da análise permanente da prática e do encontro com outros grupos, garantir o desenvolvimento/ampliação dos horizontes desta proposta. Fala-se de ampliação porque, numa perspectiva mais ampla, o trabalho do educador não se destina somente aos meninos e meninas, mas ao conjunto dos grupos que estão ou convivem na rua com a meninada. Talvez o trabalho dos educadores na rua possa torná-la um espaço de convivência saudável para todos nós. Talvez os educadores de rua, através da escuta do desejo real destes que já perderam quase todos os seus direitos, possam apontar os caminhos que a sociedade precisa percorrer para construir o novo mundo.

* Marcos Cândido é Professor formado em Letras Vernáculas c/ francês pela Universidade Católica do Salvador. Cargo atual: Gerente de Educação de Rua do Centro Projeto Axé (Salvador-Ba.)